

---

## Arquivo Lyndolpho Silva: divulgar para preservar

---

Carmen Lucia Evangelho Lopes

O Golpe Militar de 1964 deixou seqüelas profundas na sociedade brasileira. A desarticulação social promovida com violência e arbitrariedade implantou entre nós o medo e a desconfiança. Fruto desses sentimentos e temendo a sorte dos envolvidos, muitos militantes destruíram o registro de parte significativa de nossa história social e política. A polícia apreendeu enorme quantidade de documentos que depois chegaram às mãos de alguns pesquisadores, nem todos coniventes com a brutalidade policial e vários deles desejosos de organizar esta documentação para um dia poder devolvê-la à sociedade de alguma maneira. Alguns militantes e estudiosos, convictos de que a história também é uma arma de luta (Fraginals, 1983), dedicaram-se a proteger a integridade dessa documentação. Um exemplo bastante conhecido é o arquivo de Astrojildo Pereira<sup>1</sup> que acabou vindo a constituir o Arquivo do Movimento Operário Brasileiro (Asmob), fundado em 1976, em Milão.<sup>2</sup> O arquivo de Astrojildo Pereira foi enviado à Itália aos cuidados da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, graças ao empenho de um conjunto de estudiosos brasileiros e italianos preocupados com uma documentação que corria o risco de desaparecer, caso a polícia conseguisse localizá-la (MELLO, 1981).

---

Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Louvain/Bélgica e doutora em Sociologia do Trabalho pela USP. Foi fundadora do Centro de Memória Sindical e sua diretora técnica (carmenevangelho@oi.com.br).

No final dos anos 1970, marcado pelas greves que eclodiram em todo o país e pelo processo de anistia, abre-se um novo período na nossa historiografia social, extremamente rico e interessante para aqueles que se dedicaram a reconstruir parte da identidade operária e sindical brasileira.

A anistia política trouxe à tona uma infinidade de lideranças que estavam na clandestinidade e/ou no exílio e que retomavam à legalidade e reassumiam seus nomes, identidades, história de vida e compromissos sociais. Recompôr o enorme quebra-cabeça em que a ditadura havia transformado a história operária e sindical não era uma tarefa fácil. No entanto, a riqueza dos fatos e das suas interpretações mobilizou muitos interessados: pesquisadores, militantes e estudiosos.

Foi nesse contexto que se criou o Centro de Memória Sindical (CMS), tendo como lema de trabalho: “Não se trata de preservar o passado, mas de resgatar suas esperanças” (ADORNO, 1988) e, como objeto central de suas ações, a documentação oral.

O momento político ainda despertava tensões, medos e receios. O depoente, escaldado com o que havia sofrido nos anos de ditadura, se indagava o que aconteceria se aquele depoimento caísse em mãos policiais. Fortalecia o trabalho de recuperação e reconstrução a certeza de que só a socialização da informação garantia sua integridade. Quanto mais os fatos fossem divulgados e incorporados à historiografia oficial mais difícil seria apagá-los e ignorá-los.

Essa concepção teórica não era compartilhada por todos os centros de documentação que trabalhavam com a memória social. Muitos defendiam que a organização da documentação deveria ser associada à guarda e à não-divulgação dos documentos.

A iniciativa de criação da Associação Ibero-americana de Arquivos do Movimento Operário e Sindical, no início da década de 1990, reuniu alguns dos mais importantes centros de documentação da memória dos trabalhadores. Durante esse trabalho, ouvimos falar

pela primeira vez de um instrumento chamado “internet”. O debate em torno do que seria a “internet” foi acalorado e pouco decisivo, até porque quase nada se sabia ou conhecia. Eram informações sobre o “ouvi dizer” que norteavam o debate. Os pontos nevrálgicos eram a perda da identidade institucional ao se colocar na rede a documentação e os critérios para a divulgação de algum documento.

Naquele tempo, existia um sentimento de posse da documentação, como se conhecê-la, ter acesso às informações ali contidas, diferenciassem as pessoas e as instituições.

O CMS defendia que não poderia ser obrigado divulgar o que estivesse “fechado”, o que no chargão da documentação oral significava depoimento sem acordo de doação ou com cláusulas condicionais para sua divulgação.

Esse debate motivou várias reuniões com opiniões divergentes. Passado mais de duas décadas, percebe-se que se tratavam de seqüelas deixadas pelo período ditatorial, e que não havíamos ainda superado.

Ao resenhar o *site* de Lyndolpho Silva, o meu primeiro pensamento foi para aquela discussão ocorrida vinte anos atrás.

Constatei que, felizmente, a tecnologia havia avançado o suficiente para permitir a única forma de garantia da integridade da documentação sobre a organização dos trabalhadores da cidade e do campo: sua ampla divulgação.

E foi com grande interesse e curiosidade que me dediquei a analisar o trabalho coordenado por Luiz Flávio de Carvalho Costa.

Encontro na página inicial uma frase de Carvalho Costa que muito me emocionou, pois tive o prazer de compartilhar alguns anos do trabalho com Lyndolpho Silva, no final da década de 1970 e parte dos anos 1980, quando montávamos o Centro de Memória Sindical: “A digitalização dos documentos é uma forma eficaz de sua

preservação, e a decisão de colocá-los integralmente *online* levou em consideração um traço da personalidade de Lyndolpho Silva, qual seja, a sua generosidade intelectual.”

A generosidade intelectual, a gentileza no trato, o respeito aos companheiros mais novos e com pouca experiência, o incentivo à curiosidade e à busca caracterizaram esse militante formado dentro de uma rígida concepção partidária, onde a disciplina e o centralismo das decisões norteavam sua conduta, mas não impedia sua capacidade crítica de análise e ação. Lyndolpho aprendeu a usar a disciplina a seu favor. Estava sempre disposto a discutir, a buscar um documento que pudesse embasar suas propostas, a alertar sobre determinadas ações. E, disciplinadamente, organizava seus papéis e os trazia nos momentos precisos, socializando as informações que dispunha.

Li cada um dos documentos digitalizados e, em diversos deles, revi a figura imponente de Lyndolpho, quando relatava ao Centro de Memória Sindical como havia sido o processo de reconhecimento político da importância dos trabalhadores do campo: a criação, em 1954, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab); o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961; a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em 1963, a legalização das associações rurais por todo o país. Encontrei entre os documentos, material que divergia abertamente da organização dos trabalhadores do campo e que ajuda a reconstruir o clima de disputa ideológica que reinava na época. Manter e divulgar a diversidade de opiniões revela que se preservou a composição do material original e respeitou o profundo sentimento que existia em Lyndolpho de conservar – mesmo correndo perigo de vida, arriscando-se a prisões e a tortura – o registro e a documentação da trajetória de lutas dos trabalhadores na construção de um país melhor.

O compromisso com a socialização da informação transparece na organização da documentação. A facilidade como está organizada permite que qualquer interessado, mesmo aquele que não domine as técnicas de pesquisa, encontre facilmente o documento.

Acostumada a ser rato de biblioteca e acervos, lembro quando, no final da década de 1970, procurei material sobre greves em uma importante universidade paulista. Havia revirado manualmente as fichas do acervo (naquela época nada era digitalizado) e, depois de quase duas horas, consigo localizar nas estantes um significativo material sobre o tema. Intrigada por não constar do catálogo, voltei aos arquivos com o código de referência constante do material. Greves estavam catalogadas como conflito trabalhista. Uma forma de dificultar que aqueles pouco habituados as técnicas de pesquisa pudessem acessar a informação.

Continuo a navegar pelo *site* Lyndolpho Silva! O ordenamento, catalogação e digitalização inicial priorizaram os documentos anteriores ao golpe militar de 1964, com algumas exceções. Facilitar o acesso à documentação da organização dos trabalhadores rurais e da criação de seus sindicatos nesse período é de uma relevância enorme para a construção da identidade social em nosso país e contribui para que se reconstitua parte importante da nossa história, incentiva novos enfoques e desperta o interesse pelo tema nas novas gerações.

A opção na organização documental do Arquivo Lyndolpho Silva foi por sua tipologia: anotações, atas, correspondência, declarações, discursos, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, resoluções e teses referentes ao movimento sindical e operário brasileiro, em especial à formação da Contag e à organização mundial dos trabalhadores agrícolas.

Interessante ler as anotações manuscritas de Lyndolpho, bem digitalizadas, permitindo observar sua caligrafia firme e o seu cuidado corrigindo os documentos, expressando suas opiniões pessoais sobre alguns fatos.

No conjunto de *Documentos Diversos* podemos remontar aos antecedentes que culminaram na fundação da Contag, à construção e constituição da Ultab e ao Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Ao acessar as *Declarações e Discursos* encontramos a “Nota ao Público”, datada de 16 de março de 1964, alguns dias depois do célebre Comício da Central do Brasil em defesa das Reformas de Base. Este documento, assinado pelo Secretariado Executivo do CGT,<sup>3</sup> relembra um cargo, pouco comentado, exercido por Lyndolpho: a direção do CGT, ao lado de Clodsmidt Riani,<sup>4</sup> Dante Pellacani,<sup>5</sup> Osvaldo Pacheco da Silva,<sup>6</sup> e Rafael Martinelli.<sup>7</sup>

O CGT congregava tanto entidades reconhecidas pela estrutura sindical oficial, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), como organizações paralelas, criadas à margem da estrutura sindical oficial, criada por Vargas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD). Lyndolpho Silva representava na direção do CGT os trabalhadores do campo.

Navegar pelo *site* do Arquivo de Lyndolpho Silva permite visualizar grande parcela da história da organização dos trabalhadores rurais do seu tempo do quadro sindical comunista.

Quando acabamos de ler o último documento do acervo, ficamos com a sensação de que o Brasil mudou. Talvez não tenha mudado tanto quanto Lyndolpho e seus companheiros, entre os quais me incluo, sonharam e lutaram. Mas, mudou! Agora é consolidar a democracia com o reconhecimento do papel político dos trabalhadores das cidades e do campo e os instrumentos jurídicos e institucionais para transformar este país em uma sociedade desigual e injusta.

## Notas

<sup>1</sup> Astrojildo Pereira foi militante anarquista e depois, em 1922, esteve à frente da fundação do Partido comunista Brasileiro (PCB) tornando-se o seu primeiro Secretário Geral.

<sup>2</sup> Esse arquivo foi a base da constituição do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro, sediado em Milão. Hoje encontra-se no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

<sup>3</sup> Desde a Greve dos 300 mil em São Paulo, o movimento sindical ensaiava iniciativas de ações horizontais, envolvendo diferentes categorias profissionais e os trabalhadores rurais. Em 1962, à seqüência das eleições para o Gabinete Ministerial, o então chamado Comando Geral da Greve paralisou o país durante 24hs em 5/7/62. Logo depois o IV Encontro Sindical Nacional (17 a 19/8/62) transformou esse Comando Geral da Greve em Comando geral dos trabalhadores (CGT), “órgão de orientação e direção do movimento sindical brasileiro”, que foi duramente reprimido pela ditadura militar.

<sup>4</sup> Foi Presidente da CNTI, em 1961. De origem mineira, foi o Primeiro Presidente do Sindicato dos Eletricitários de Juiz de Fora, deputado estadual em Minas Gerais, cassado em 1964.

<sup>5</sup> Paulista, linotipista, foi Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos. Eleito vereador em São Paulo, em 1950, foi impedido de assumir por ser comunista. Presidiu o CGT.

<sup>6</sup> Sergipano, imigrou para Santos e foi Presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, da Federação Nacional dos Estivadores, do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Fórum Sindical de Debates (FSD). Foi Deputado Constituinte em 1946, cassado em 1948.

<sup>7</sup> Presidente da Federação Nacional dos Ferroviários.

## Referências bibliográficas

ADORNO, T.: *La dialectica do Iluminismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

FRAGINALS, Manoel M.: *La História como arma*, Barcelona: Editorial Crítica, 1983.

MELLO, Mauricio M. Memória & História, *Revista do Arquivo do Movimento Operário Brasileiro*, vol. 1, São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.